



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO

CONTRATO N. ____/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO DA **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, E A EMPRESA _____ PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PARA COPA (**CAFÉ, AÇÚCAR E CHÁ**), PARA ATENDER A SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA E SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS VINCULADAS.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, registrada no CNPJ/MF sob o n. 05.429.264/0001-89, sediada na Avenida Presidente Dutra, 2203 - Baixa da União, Porto Velho-RO, representada pela Diretora da Secretaria Administrativa, Senhora ALINE FREITAS DA SILVA, de acordo com o Ato de Nomeação 6.271.383, publicado no DOU, de 19/06/2018, e com representação outorgada pela Portaria SJRO-Diref 114/2025 23193850.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ/MF sob n. _____, sediada na Rua _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, telefone: (____) _____, e-mail: _____, neste ato representada pelo _____, senhor _____, de acordo com representação outorgada por contrato social, id. (_____, p. ____).

As partes acima qualificadas celebram o presente contrato, instruído nos autos do Processo Administrativo Eletrônico n. 0000258-54.2026.4.01.8012, decorrente do Pregão Eletrônico n. ____/2026, e em observância às disposições da **Lei n. 14.133, de 2021**, e demais normas atinentes à matéria, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto deste instrumento consiste no fornecimento contínuo trimestral sob demanda de alimentos para copa, especificamente café, açúcar e chá, sendo estimado por quilo, para atender à Seção Judiciária em Rondônia - SJRO e às Subseções Judiciárias em Ji-Paraná e em Vilhena - SSJJIP e SSJVHA, respectivamente, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com condições, especificações e quantidades constante deste contrato e seus anexos.

1.2. O detalhamento do objeto desta contratação encontra-se disposto no Termo de Referência SJRO-Semap 24562511.

1.3. O fornecimento dos materiais será prestado nas quantidades e especificações detalhadas a seguir:

Local de Entrega	Grupo	Item	Especificação	Unidade	Quantidade Estimada ANUAL	Quantidade Estimada 2 ANOS	Valor Unitário	Valor Anual	Valor Total 02 Anos
		1	Açúcar Cristal Branco, tipo 1ª Cristal, de 1ª qualidade, com validade mínima de 06 (seis) meses a contar do recebimento definitivo. Fornecimento em pacotes de 1 ou 2 kg, acondicionados em fardos de 20 ou 30 kg. Cotação por kg, não por pacote. Marca:	Quilo					

Subseção Judiciária de Ji- Paraná	1	2	<p>Café torrado e moído, empacotado a vácuo, puro, torra média à escura, qualidade predominantemente arábica, com selo de pureza da ABIC e/ou laudos expedidos por laboratório credenciado junto ao Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura que ateste a pureza e qualidade do produto, assim como as especificações deste termo, com validade mínima de 06 (seis) meses a contar do recebimento definitivo. Fornecimento em pacotes de 250g ou 500g. Cotação por kg, não por pacote.</p> <p>Marca:</p>	Quilo					
		3	<p>Chá Mate, produzido com folhas e talos de mate tostado (<i>Ilex paraguariensis</i>), com validade mínima de 06 (seis) meses a contar do recebimento definitivo. Fornecimento em pacotes de 250g ou 500g e acondicionado em caixas. Cotação por kg, não por pacote.</p> <p>Marca:</p>	Quilo					
		VALOR TOTAL PARA O GRUPO 1							R\$
		4	<p>Açúcar Branco, Cristal tipo Cristal, de 1ª qualidade, com validade mínima de 06 (seis) meses a contar do recebimento definitivo. Fornecimento em</p>	Quilo					

Subseção Judiciária de Vilhena	2		pacotes de 1 ou 2 kg, acondicionados em fardos de 20 ou 30 kg. Cotação por kg, não por pacote. Marca:							
		5	Café torrado e moído , empacotado a vácuo, puro, torra média à escura, qualidade predominantemente arábica, com selo de pureza da ABIC e/ou laudos expedidos por laboratório credenciado junto ao Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura que ateste a pureza e qualidade do produto, assim como as especificações deste termo, com validade mínima de 06 (seis) meses a contar do recebimento definitivo. Fornecimento em pacotes de 250g ou 500g. Cotação por kg, não por pacote. Marca:	Quilo						
		6	Chá Mate, produzido com folhas e talos de mate tostado (Ilex paraguariensis) , com validade mínima de 06 (seis) meses a contar do recebimento definitivo. Fornecimento em pacotes de 250g ou 500g e acondicionado em caixas. Cotação por kg, não por pacote. Marca:	Quilo						
VALOR PARA O GRUPO 2									R\$	R\$
			Açúcar Cristal Branco, tipo Cristal , de 1ª qualidade, com validade mínima de							

Sede da Seção Judiciária de Rondônia	3	7	06 (seis) meses a contar do recebimento definitivo. Fornecimento em pacotes de 1 ou 2 kg, acondicionados em fardos de 20 ou 30 kg. Cotação por kg, não por pacote. Marca:	Quilo					
		8	Café torrado e moído , empacotado a vácuo, puro, torra média à escura, qualidade predominantemente arábica, com selo de pureza da ABIC e/ou laudos expedidos por laboratório credenciado junto ao Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura que ateste a pureza e qualidade do produto, assim como as especificações deste termo, com validade mínima de 06 (seis) meses a contar do recebimento definitivo. Fornecimento em pacotes de 250g ou 500g. Cotação por kg, não por pacote. Marca:	Quilo					
		9	Chá Mate, produzido com folhas e talos de mate tostado (Ilex paraguariensis) , com validade mínima de 06 (seis) meses a contar do recebimento definitivo. Fornecimento em pacotes de 250g ou 500g e acondicionado em caixas. Cotação por kg, não por pacote. Marca:	Quilo					
		VALOR TOTAL PARA O GRUPO 3							R\$

VALOR TOTAL DOS GRUPOS 1, 2 E 3	R\$	R\$
---------------------------------	-----	-----

1.4. As quantidades são de natureza estimativa para fornecimento ao longo do exercício de 2026 e 2027, não sendo a Seção Judiciária de Rondônia e as Subseções Judiciárias vinculadas obrigadas a consumir os totais discriminados.

1.5. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.5.1. O Termo de Referência;
- 1.5.2. O Edital de Licitação;
- 1.5.3. A proposta do contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 2 (dois) anos, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado pelo período limite de até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107, da Lei 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) estar formalmente demonstrado no processo que a forma e que o fornecimento tem natureza continuada;
- b) juntar relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que o fornecimento tenha ocorrido regularmente;
- c) apresentar justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade da contratação;
- d) juntar manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovar que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando a contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. Os fornecimentos dos materiais ocorrerão sob demanda a cada trimestre, sendo solicitada pela contratante a quantidade necessária para o atendimento do período seguinte, mediante requisição assinada pelo gestor do contrato, com envio por e-mail, na qual constará, necessariamente, a quantidade a ser fornecida para cada item, cuja estimativa para cada requisição é de 25% do valor estimado anual, podendo variar as quantidades solicitadas entre o trimestres, dependendo do consumo.

3.2. Os materiais deverão ser entregues pela contratada nas dependências da SJRO e das SSJJIP e SSJVHA, **no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da requisição dos materiais, e deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses. O prazo para entrega poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado pela CONTRATADA com as devidas justificativas, que serão analisadas pela administração.**

3.3. A contratada deverá ainda substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sem custos adicionais, as unidades que apresentarem defeitos, contaminações ou avarias de qualquer natureza, assim como aquelas que não corresponderem à solicitação da Contratante quanto a sua classificação e/ou quantidade, prazo de validade ou sinais de violação do lacre do produto.

3.4. Os fornecimentos dos materiais deverão ser realizados de acordo com as especificações e condições constantes no termo de referência, no contrato e na proposta da CONTRATADA, podendo ser recusados caso estejam em desacordo com esses instrumentos ou apresentem qualquer vício ou defeito que inviabilizem a utilização do objeto e contrariem o fim a que se destina a contratação.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Trata-se de fornecimento de materiais, razão pela qual é expressamente vedada a subcontratação das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ ____ (_____).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, ou por outro que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Caberá à contratante:

- a) Requisitar os materiais através de requisição detalhada para o e-mail da contratada, juntando aos autos correspondentes os comprovantes de recebimento e realizando os controles de fornecimentos mensais;
- b) Proporcionar as condições para o cumprimento do objeto deste instrumento pela contratada, dando livre acesso ao pessoal encarregado do atendimento e entrega do produto, respeitadas as normas de segurança interna da contratante;
- c) Designar servidor, para solicitar, acompanhar e receber o material entregue pela contratada;
- d) Comunicar à contratada qualquer irregularidade constatada no cumprimento do contrato;
- e) Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pela contratada;
- f) Solicitar a substituição do produto fora das condições de consumo/prazo de validade/especificações;
- g) Aplicar à contratada as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa; e
- h) Efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento.
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - a) A Administração terá o prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **10 (dez) dias**.
- k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de

descumprimento de cláusulas contratuais.

- l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Caberá à contratada:

- a) Entregar o produto solicitado nas condições exigidas **no prazo máximo de 10 (dez) dias**, contados a partir do recebimento do e-mail com a requisição, enviado pelo gestor do contrato;
- b) Substituir, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, sem custos adicionais, as unidades com defeitos, contaminações ou avarias de qualquer natureza, ou não corresponderem à solicitação da contratante quanto à sua classificação e/ou quantidade, prazo de validade, sinais de violação do produto, ou não atenderem às demais exigências deste instrumento;
- c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação e a qualificação, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei 14.133, de 2021;
- d) Fazer, às suas expensas, a entrega dos bens constantes da requisição emitida pelo gestor do contrato, nos endereços da Seção Judiciária de Rondônia e Subseções;
- e) Responsabilizar-se por seus empregados, pelas despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste instrumento, e pelos encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação trabalhista;
- f) Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço de fornecimento do produto;
- g) Prestar esclarecimentos solicitados pela contratante, atendendo de imediato as reclamações a respeito do produto fornecido;
- h) Levar imediatamente ao conhecimento da contratante qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do contrato, para adoção das medidas cabíveis;
- i) Responder por danos decorrentes de culpa ou dolo, causados direta ou indiretamente à contratante ou a terceiros, quando do fornecimento do(s) produto(s) ou em decorrência de seu uso, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização e acompanhamento da contratante;
- j) Não subcontratar, total ou parcialmente o objeto deste instrumento;
- k) Manter seus empregados, quando nas dependências da contratante, sujeitos às suas normas disciplinares, sem que haja, entretanto, qualquer vínculo empregatício com esta.
- l) Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- m) Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- q) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- r) Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. A gestão e fiscalização da futura contratação será exercida no **Grupo 1 (Itens 1, 2 e 3)** pelo Supervisor da SESAP/SSJJIP, no **Grupo 2 (Itens 4, 5 e 6)** pelo Supervisor da SESAP/SSJVHA, e no **Grupo 3 (Itens 7, 8 e 9)** pela supervisora da SEMAP/RO, designados por meio de Ordem de Serviço.

10.2. O gestor do contrato registrará todas as ocorrências verificadas durante a execução do contrato, bem como a atuação da contratada em solucionar as pendências registradas, devendo apurar as circunstâncias em procedimento administrativo específico.

10.3. Caberá ao gestor do contrato, para fins de pagamento, atestar a conformidade dos materiais recebidos com os requisitos dispostos neste instrumento e no edital.

10.4. O acompanhamento e a fiscalização da contratante não isentam a contratada da responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações contratuais ou pelos danos causados diretamente à contratante ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do contrato.

10.5. O exercício da fiscalização, pela contratante, não excluirá, nem reduzirá a total e exclusiva responsabilidade da contratada ou sua competência pelos serviços contratados inclusive perante terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

11.1. O objeto dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, pela Supervisora da Seção de Material e Patrimônio - SEMAP para os itens com entrega em Porto Velho e pelos Supervisores das SESAP's para os itens com entrega em Vilhena e Ji-Paraná ou por outro servidor indicado pela contratante, após conferência do critério quantitativo, com a oposição de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado.

11.1.1. Não serão recebidos materiais com marca diversa da apresentada na proposta da CONTRATADA no certame.

11.1.2. Após o recebimento provisório do material, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será realizado o RECEBIMENTO DEFINITIVO, com ateste na Nota Fiscal Eletrônica e/ou ateste através de documento SEI, pelo gestor devidamente designado por meio de Ordem de Serviço, caso os materiais entregues estejam em conformidade com as especificações contidas no edital da licitação e na proposta da CONTRATADA.

11.2. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, o materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não considerados como prorrogação do prazo de entrega, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao material encaminhado pela CONTRATADA em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito.

11.3. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de validade/garantia do produto, quando da utilização desse material;

11.4. Caso o fornecedor não efetue a entrega, no prazo estipulado, poderá a Administração decidir por manter o contrato, sem prejuízo das sanções cabíveis, desde que o fornecedor comprove por meio idôneo que fará ou fez o envio dos materiais, ou ainda, poderá de forma motivada decidir pela rescisão contratual, garantindo em qualquer caso o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

14.1. A contratada assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos ou avarias causadas às instalações da contratante, ao mobiliário, máquinas, veículos ou quaisquer dos pertences, assim como a pessoas, ocorridos durante o fornecimento do produto, embora praticados involuntariamente por seus empregados.

14.2. A contratada arcará com os prejuízos de perdas e danos à contratante e aos usuários do produto, incluindo-se despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que o CONTRATANTE for compelido a responder por força desta contratação, caso os serviços prestados e bens fornecidos, por força contrato a ser firmado entre as partes, violem direitos de terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

15.1. O prazo para entrega dos materiais é de até **prazo máximo de 10 (dez) dias**, contados a partir do recebimento do e-mail com a requisição, enviado pelo gestor do contrato;

15.2. Os materiais serão recebidos por servidores da CONTRATANTE, designados através de Ordem de Serviço pelo Diretor do Foro da SJRO nos seguintes endereços:

a. **Prédio-sede da Seção Judiciária de Rondônia - SJRO:** Av. Presidente Dutra, n. 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP: 76.805-902, e-mail: semap.ro@trf1.jus.br;

b. **Subseção Judiciária de Ji-Paraná:** Rua Raimundo Alves de Abreu, n. 925, esquina com Av. Marechal Rondon, bairro Centro, em Ji-Paraná/RO. CEP 76900-081, e-mail: seafi.jip@trf1.jus.br;

c. **Subseção Judiciária de Vilhena:** Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1196 - Jardim Eldorado, Vilhena - Rondônia, CEP: 76980-000, e-mail: sesap.vha@trf1.jus.br.

15.3. Preferivelmente, as entregas deverão ser agendadas com o setor responsável pelo recebimento, através do e-mails informados acima.

15.4. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais até as dependências da CONTRATANTE é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

15.5. O fornecedor assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos ou avarias causadas às instalações dos prédios da CONTRATANTE, assim como ao mobiliário, máquinas, veículos ou quaisquer dos pertences, ocorrido durante a entrega dos materiais, embora praticados involuntariamente por seus empregados e/ou transportadora.

15.6. O fornecedor será responsabilizado pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante a entrega dos materiais ou produtos contratados, inclusive os que resultarem do uso da força, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Administração do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes .

16.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

16.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

16.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

16.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.8.3. Das indenizações e multas.

16.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

16.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

16.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

16.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

16.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente

em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis, além de normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Seção Judiciária de Rondônia.

18.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 090025;
- b) Programa de Trabalho: 168312;
- c) Elemento de Despesa: 339030 – Materiais de Consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

19.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1. Em conformidade com o artigo 94 da Lei nº 14.133, de 2021, a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme disposto no art. 94, inciso II da Lei 14.133/2021.

20.2. O contrato também será publicado, na íntegra, e respeitadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, na Transparência Pública Oficial da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Toda e qualquer comunicação/informação/notificação e envio de documentos (contrato e demais documentos) à Contratada será feita pelo e-mail informado no preâmbulo deste contrato, ou outro que o substitua, apontado formalmente pela Contratada.

21.2. É de exclusiva responsabilidade da Contratada o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado, até mesmo na hipótese de obrigações pós-contratuais.

21.3. Em caso de inobservância do previsto no subitem 21.2, o Contratante poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação via postal/pessoal.

21.4. Frustradas as tentativas na forma do subitem 21.3, o Contratante poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação da Contratada mediante publicação no Diário da Justiça Federal da 1ª Região – e-DJF1, disponível no site do Contratante (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/publicacoes/diarios-da-justica/diarios-da-justica.htm>), para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses legais em que se determine publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1. As questões ou dúvidas decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Porto Velho, na Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, e por estarem as partes certas, justas e contratadas, de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em ambiente virtual do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para uma única finalidade de direito, o qual, depois de lido e achado conforme, segue assinado eletronicamente pelas partes contratantes, para que surta os efeitos legais.

Anexo I - Termo de Referência, id. 24562511.

ALINE FREITAS DA SILVA Diretora da Secretaria Administrativa Pela CONTRATANTE	REPRESENTANTE LEGAL Função Pela CONTRATADA
--	---

Fim do documento



Documento assinado eletronicamente por **Josué Gomes da Cruz, Pregoeiro(a)**, em 23/04/2026, às 16:34 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **24979583** e o código CRC **38404415**.